



Legislando para a Recuperação Econômica Frente ao COVID-19: Diálogo cooperativo entre os(as) presidentes dos poderes legislativos das Américas

#ParlAmericasODS #COVID19

O diálogo de alto nível intitulado “[Legislando para a Recuperação Econômica Frente o COVID-19](#)”, realizado pelo ParlAmericas, teve como objetivo explorar respostas legislativas e de políticas públicas que promovam uma recuperação econômica sustentável e equitativa, atendendo os objetivos da Agenda 2030.

 Acesse o vídeo da sessão [aqui](#) (em español)

TEMA

Recuperação econômica, Desenvolvimento sustentável, Inclusão

LOCAL

Reunião virtual

DATA

5 de junho de 2020

PARTICIPANTES

Mais de 100 parlamentares e funcionários(as) parlamentares e representantes de embaixadas de 16 países



Esta atividade está alinhada com o ODS 16.

Resumo

Essa atividade foi inaugurada por **Elizabeth Cabezas** (Ecuador), membro da Assembleia Nacional e Presidenta do ParlAmericas. Em seguida, **Alicia Bárcena**, Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), proferiu a conferência principal sobre os impactos socioeconômicos da pandemia na região e propostas para mitigar esses efeitos. A senadora **Rosa Gálvez** (Canadá), Vice-Presidenta da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas do ParlAmericas, ficou encarregada da moderação durante o diálogo de alto nível entre os presidentes e vice-presidentes dos legislativos, que apresentaram as ações e medidas econômicas adotadas em razão do COVID-19.

É fundamental que as políticas e medidas tomadas sejam consistentes com os esforços que já estamos fazendo para mitigar as mudanças climáticas e, que uma recuperação verde e inclusiva prevaleça, com atenção às populações mais vulneráveis que ficaram em evidência nesta pandemia, como as comunidades indígenas, afrodescendentes, pessoas que vivem na pobreza ou extrema pobreza, e considerando uma perspectiva de gênero.

Os parlamentos devem encontrar o caminho para que nossas propostas, além da retórica, sejam realmente significativas, e temos que assegurar sua efetividade, porque a atual situação não permite o exercício de tentativa e erro nos regulamentos e nas políticas públicas. É importante que legislemos estrategicamente com uma projeção a médio e longo prazo, para que as normas desenvolvidas para a conjuntura e suas reformas permanentes não nos levem a cenários de insegurança jurídica com duras consequências para o investimento e desenvolvimento.

Membro da Assembleia Nacional
Elizabeth Cabezas (Ecuador),
Presidenta do ParlAmericas



Senadora **Rosa Gálvez** (Canadá), Vice-
Presidenta da Rede Parlamentar de
Mudanças Climáticas do ParlAmericas

Os efeitos econômicos e sociais do COVID-19 na América Latina e no Caribe

A conferência principal foi realizada por **Alicia Bárcena**, Secretária Executiva da CEPAL ([apresentação](#)), que ressaltou que o cenário da região antes do COVID-19 já apresentava uma baixa taxa de crescimento, poucos espaços para a política fiscal, e passava por crescentes conflitos sociais, sendo que a crise atual destacou as lacunas estruturais, especialmente nos sistemas de saúde, bem como as fragilidades históricas do sistema produtivo.

Nesse sentido, enfatizou que os efeitos diretos da pandemia trouxeram consigo encargos extraordinários para os sistemas de saúde e acesso desigual ao tratamento médico e que, paralelamente, houve efeitos indiretos sobre a oferta e a demanda, caracterizados por uma suspensão das atividades produtivas internas e um grande impacto em três setores, a saber: comércio, turismo e serviços em geral; manufaturas; e atividades primárias como mineração e agricultura.

Destacou ainda que os impactos foram diferentes de acordo com os grupos populacionais e sua capacidade de resposta. Embora os primeiros casos de COVID-19 tenham sido registrados em grupos e áreas urbanas de maiores renda, e recursos, e melhores condições de saúde, atualmente, os novos casos estão sendo observados em áreas de baixa renda, com maior vulnerabilidade econômica e com menor acesso aos serviços de saúde. Nesse sentido, afirmou que apenas 20% das pessoas afetadas podem realizar teletrabalho e teleducação em razão do acesso à Internet e banda larga, e que o trabalho informal, formado principalmente por mulheres, tem sido o setor mais afetado.

Impactos socioeconômicos em números



Fortalecer o trabalho dos(as) parlamentares é essencial. Aqui foi demonstrado que há um grande consenso entre todos(as) sobre como trabalhar em face da pandemia, com urgência e oportunidade, e de forma direta. Quando me perguntam o que fazer primeiro, respondo que se deveria proteger as populações vulneráveis, proteger a renda (que é muito importante), a capacidade produtiva e, finalmente, pensar em como construímos um futuro melhor para nossa população, com regimes de bem-estar mais inclusivos, sustentabilidade ambiental e atração de empresas mais solidárias, que sejam apoiadas mas que protejam o emprego, e, sem dúvida, como mudar para setores estratégicos que nos permitem avançar em direção a uma maior sustentabilidade ambiental e social.

Os desafios causados pela pandemia podem ser classificados em dois grupos, a saber: desafios no setor de saúde, focados em ações que levam à cura, prevenção e controle da propagação do vírus, fornecimento de suprimentos críticos e gerenciamento de sistemas de saúde, onde o comportamento da população também afeta essas ações; e desafios econômicos produtivos, focados em manter ou retomar atividades econômicas, apoiar famílias e empresas, produzir insumos locais críticos, como produção de ventiladores e reconstruir cadeias de suprimentos, especialmente alimentares.



Alicia Bárcena, Secretária Executiva,
CEPAL

Nesse sentido, enfatizou que a atual crise exige parlamentos mais eficazes, eficientes e abertos, e observou que os cidadãos estão solicitando mais e melhor acesso às informações públicas de maneira oportuna e confiável, bem como mecanismos e instituições que garantam sua participação nas decisões que os afetam e, dessa forma, garantem a governabilidade. Destacou ainda, o valioso papel do controle político dos poderes legislativos, a fim de garantir transparência na execução das medidas adotadas pelos governos, a qual, por sua vez, contribuirá para informar a sociedade civil e fortalecerá a confiança do cidadão nas respostas públicas ao COVID-19. Por fim, mencionou a importância de estabelecer canais institucionais de diálogo e participação para a sociedade civil que possam orientar as ações após esta crise.

Propostas da CEPAL diante da atual crise

Entre as propostas da CEPAL apresentadas pela Dra. **Bárcena**, destacam-se: implementar uma renda básica de emergência, por seis meses, para a população em situação de pobreza; evitar a destruição de capacidades produtivas mediante subsídios diferenciados de acordo com o porte das empresas (pequenas, médias e grandes empresas) e seu respectivo compromisso com seus(suas) trabalhadores(as); mudar o modelo em que os países operam, no sentido de uma estrutura produtiva com maior igualdade e sustentabilidade ambiental; estabelecer um novo pacto social que universalize o acesso à saúde, que é a infraestrutura básica da vida e que vem sendo negligenciada há décadas; e promover a integração regional em uma nova geografia econômica, uma vez que as empresas buscam mais resiliência do que eficiência e, portanto, é importante estar vigilante para saber qual o papel da América Latina nessa nova geografia.

Cinco áreas específicas para a transformação em direção a um novo modelo com economias resilientes, inclusivas e sustentáveis, propostas pela CEPAL



Para isso, destacou-se o importante papel dos parlamentos na implementação das propostas compartilhadas durante a apresentação. Entre elas, a deliberação e construção de acordos políticos para repensar o atual modelo econômico e estabelecer um regime de bem-estar mais inclusivo; reformas nas políticas de seguridade social e economia de assistência, mercado de trabalho, sistemas de saúde e educação para alcançar a prestação de serviços públicos universais; e reformas fiscais para criar sistemas tributários mais progressivos, que incluam mais arrecadação de impostos sobre a renda e a riqueza, bem como a expansão da tributação para produtos digitais, ambientais e relacionados à saúde. Enfatizou também que a liderança dos parlamentares é essencial para a legitimidade democrática e política nos processos de recuperação e reconstrução econômica e social.

Da mesma forma, mencionou que o mundo após a pandemia exigirá mais colaboração e integração, razão pela qual é necessário pensar na nova geografia econômica para depender menos de manufaturas importadas e tentar estabelecer cadeias de valor regionais. Para isso, serão necessárias políticas industriais, gerando novos setores estratégicos para evitar focar apenas nas economias primárias da região e, que se possa agregar valor àquilo que é produzido, por meio da inovação tecnológica. Destacou também que um mercado integrado na região, que seria composto por 650 milhões de habitantes, é muito forte e permitiria atingir a escala e a resiliência necessárias para evitar futuros choques. Por fim, destacou a importância de gerar segurança para a cidadania com um novo regime universal de proteção social, por meio de uma governança inclusiva e sustentável, em consonância com a Agenda 2030.

[Observatório COVID-19 na América Latina e no Caribe: ações por país](#)

O observatório COVID-19, elaborado pela CEPAL, disponibiliza ações adotadas pelos 33 países da região da América Latina e do Caribe para enfrentar o COVID, classificadas em sete tipos de medidas: deslocamento nos países e, entre eles, saúde, economia, emprego, proteção social, educação e gênero. Ferramentas de informação, notícias e atividades relacionadas da CEPAL também foram incluídas.



Diálogo de alto nível entre os(as) presidentes e vice-presidentes dos parlamentos das Américas

O diálogo de alto nível foi moderado pela Senadora **Rosa Gálvez** (Canadá), e contou com a participação dos presidentes e vice-presidentes dos poderes legislativos que representam 15 países nas Américas. As autoridades destacaram as medidas relacionadas à recuperação econômica adotadas pelas instituições que presidem, como apoio a trabalhadores(as) e a pequenas e médias empresas, recursos a favor do setor da saúde, e de famílias e populações em situação vulnerável, entre outras.

[Compêndio de ações legislativas e executivas das Américas e do Caribe, em resposta ao COVID-19](#)

Nesta publicação do ParlAmericas e da Assembleia Nacional do Equador, é possível revisar as leis e decretos dos governos do hemisfério contra a pandemia do COVID-19, adotados até o final de abril. Ele inclui palavras-chave que classificam essas medidas de acordo com o tópico abordado.



Criamos uma rede abrangente de proteção social que mobiliza 7% do PIB e está disponível para manter a força de trabalho, por meio de uma lei chamada pró-emprego, para garantir que os(as) trabalhadores(as) não percam sua renda quando o relacionamento empregatício for suspenso. Também tomamos medidas para garantir renda direta nos bolsos de mulheres e homens chilenos, como a renda familiar de emergência por três meses, e o bônus COVID, que foram aprovados graças à redução do tempo de tramitação dos projetos de lei na Câmara.



Deputado **Diego Paulsen** (Chile),
Presidente da Câmara dos Deputados

Representante **Oscar Villamizar**
(Colômbia), Primeiro Vice-Presidente da
Câmara dos Representantes



Um problema como o que estamos enfrentando exige que a região tenha políticas comuns e permita que fiquemos mais próximos e unidos. Essa é uma situação que nos permite apoiar um ao outro num mundo novo que virá, e onde a profundidade da crise ainda não está bem dimensionada.

Deputado **Álvaro González** (Argentina),
Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos
Deputados



Temos feito uma revisão exaustiva dos decretos que o governo nacional emitiu para tomar decisões a respeito dessa situação. Temos visto falta de solidariedade do sistema financeiro em nosso país para com as empresas, levando em consideração que grandes, médios(as) e microempresários (as) são os maiores geradores de emprego. Portanto, para nós da Câmara dos Deputados, é essencial reativar a economia desse setor e promover o emprego.

Deputado **Jorge Fonseca** (Costa Rica), Vice-Presidente da Assembleia Legislativa



Aprovamos 16 leis relacionadas à questão do COVID, três delas fundamentais em vista da necessidade e urgência da nova situação de desemprego. A primeira foi um projeto de alívio tributário, que prorroga o imposto de renda e o IVA por pelo menos três meses. A segunda é uma lei que autoriza a redução das jornadas de trabalho, permitindo que os empregadores, em vez de demitir seus trabalhadores, reduzam o horário de trabalho para manter 50% de seus salários. E a terceira lei pretende devolver antecipadamente o fundo de capitalização do trabalho que todos os(as) costarriquenhos(as) possuem em virtude da lei de proteção ao trabalhador.

Cuba, com base em sua lei de saúde pública, desenvolveu uma estratégia com mais de 500 medidas baseadas em um sistema de saúde universal e gratuito, o que nos permitiu enfrentar e mitigar a pandemia do COVID-19 e seus efeitos. A implementação e controle dessas medidas tem ocupado os(as) deputados(as) da Assembleia Nacional. Medidas econômicas foram estabelecidas para o benefício de trabalhadores(as) e empresas, como garantias salariais para pessoas afetadas na relação de trabalho, benefícios fiscais para entidades econômicas estatais e privadas, uso de trabalho remoto devidamente remunerado. Foi ajustado o plano econômico para o ano de 2020, e estamos analisando também um possível ajuste à lei do orçamento do Estado para o ano em curso.



Deputado **José Luis Toledo** (Cuba), Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional do Poder Popular

No parlamento equatoriano, passamos de reuniões físicas para reuniões virtuais, o que nos permitiu aprovar acordos comerciais que servirão para enfrentar os problemas decorrentes da emergência sanitária após a crise. Também aprovamos leis relacionadas a tributação, leis humanitárias e de alimentação escolar, e continuamos com o trabalho do parlamento, que não é apenas legislar, mas também fiscalizar. Cerca de cinco ministros compareceram virtualmente, o que nos permitiu exercer e continuar exercendo esse poder de fiscalização, um contrapeso necessário que todos os parlamentos devem ter, independentemente de estar ou não em estado de emergência.



Membro da Assembleia Nacional **César Solórzano** (Equador), Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional

Deputado **Mario Ponce** (El Salvador), Presidente da Assembleia Legislativa



Como parlamento, apoiamos o Executivo em todas as medidas destinadas a lidar com a situação atual. Neste momento, nossa preocupação é ver como conseguimos construir acordos dentro do Executivo e do Legislativo para buscar e ver em que estágios e como vamos lidar com os protocolos para pessoas infectadas, bem como iniciar o processo de abertura econômica.

Deputada **Sofía Hernández**
(Guatemala), Primeira Vice-Presidenta
do Congresso da República



Sem bandeiras políticas, apoiamos várias iniciativas para essa emergência, como uma lei de emergência para proteger os(as) guatemaltecos(as) dos efeitos causados pela pandemia, que foi uma medida imediata para controlar a especulação, o monitoramento dos preços e disseminação de informações. Da mesma forma, aprovamos a lei de resgate econômico das famílias visando mitigar a crise econômica, e dois empréstimos foram concedidos para a defensoria pública criminal, o ministério público e outras instituições de justiça. Além disso, como legisladores(as), tivemos que fuscakuzar as diferentes instâncias do Executivo, tanto pelas comissões ordinárias do Congresso, quanto por meio de novas comissões estabelecidas pela presidência para supervisionar e acompanhar as agências governamentais.

Para nós, uma das partes difíceis é o emprego, e estamos constantemente atendendo isso e gerenciando todas as instituições de previdência social para que elas respondam nesse momento. No caso do regime de contribuição privada, o Congresso aprovou reformas na lei para poder fornecer contribuições a todos(as) os (as) trabalhadores(as), mas isso não é suficiente para cobrir a demanda nacional de todos os homens e mulheres que perderam sua fonte de trabalho. Estudamos esse tópico no Congresso e, além disso, apoiamos todos os projetos do Governo para atender a esta questão.



Deputado **Felícito Ávila** (Honduras),
Quinto Vice-Presidente do
Congresso Nacional

No Congresso mexicano, estamos fazendo nossa parte, talvez a mais relevante atualmente, por meio de uma emenda à nossa constituição para garantir em um artigo os programas sociais que apoiam idosos, pessoas com deficiência, bolsas para estudantes de todos os níveis, e prestação de serviços de saúde. Atualmente, no Senado mexicano, estamos analisando as questões e reformas administrativas para iniciar, no dia 1º de julho, o Tratado de Livre Comércio entre o México, os Estados Unidos e o Canadá. Da mesma forma, concordamos em abrir canais de transparência e diálogo com a cidadania, e acreditamos na universalidade do acesso a um estado de bem-estar social. Devemos pressionar por esse caminho.



Senadora **Mónica Fernández**
(México), Presidenta do Senado da
República

Deputada **Maritza Espinales**
(Nicarágua), Vice-Presidente da
Assembleia Nacional



No parlamento, mantivemos as atividades no mundo do trabalho, atividades socioeconômicas integradas, o ordenamento jurídico, especialmente a lei geral de saúde e a lei geral de desastres, o que nos permitiu ter uma estratégia singular, pois não declaramos medidas drásticas ou de quarentena. Temos tomado medidas graduais de acordo com o progresso da pandemia. Aprovamos um orçamento geral da República, onde, desde 2007, o investimento em saúde e educação tem sido priorizado, de modo que temos 19 hospitais habilitados, 3 especificamente para receber pacientes com COVID. O modelo de saúde da família e da comunidade permitiu-nos atender a todos os casos no país e no território.

Deputado **Marcos Castellero**
(Panamá), Presidente da
Assembleia Nacional



Entre as propostas, temos a recuperação econômica sustentável e equitativa, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, leis a favor da educação, saúde, microeconomia, pequenas e médias empresas, economia informal e reativação econômica. Também temos leis de teletrabalho, implementadas durante a quarentena para manter empregos, parcerias público-privadas, sistema nacional de medicamentos, programas educacionais e combate à pobreza multidimensional, além da criação do Sistema Único de Emergência Nacional 911.

Atualmente, o Congresso Paraguai continua trabalhando com um sistema misto, onde existem deputadas e deputados que trabalham em casa e outros na plenária, para não interromper nossas funções em uma situação tão adversa quanto a que temos agora e apoiar dos diferentes programas e iniciativas que exigem cobertura legal. Dentro da lei de emergência, por exemplo, procuramos fortalecer o sistema de saúde e expandir sua capacidade e rastreabilidade, e também temos feito esforços em recuperação econômica para financiar a atividade de micro, pequenas e médias empresas, para apoiar as famílias paraguaias e salvaguardar o emprego.



Deputado **Julio Enrique Mineur**,
primeiro vice-presidente eleito da
Câmara dos Deputados do Paraguai

No Legislativo, tivemos que resolver como a cidadania poderia sustentar-se, independentemente dos bônus econômicos solidários, universais e familiares que o Executivo concedeu. Para fazer isso, decidimos legislar sobre as poupanças vinculadas à relação de trabalho, formadas pelos(as) cidadãos(as) por meio das Administradoras de Fundos de Pensões. A partir daí, conseguimos conceder-lhes aproximadamente US\$ 1.200,00, permitindo assim resolver esses problemas econômicos. Da mesma forma, estamos exigindo ao Governo que a reativação econômica ande de mãos dadas com a capacidade de solucionar deficiências na infraestrutura e na atenção aos cidadãos.



Congressista **Manuel Merino de Lama** (Peru), Presidente do Congresso da República

Deputado **Juan Guaidó** (Venezuela), Presidente da Assembleia Nacional



A democracia está sempre em jogo e é com instituições fortes que podemos enfrentar essa situação, bem como com a democracia a serviço da cidadania. Os parlamentos têm um papel fundamental de diálogo, de canalizar essa demanda social e essa necessidade de solução e articulação com os diferentes poderes, para servir nosso povo. Determinamos que o setor vulnerável na primeira linha de defesa contra o vírus na área da saúde deve ser observado. Hoje uma enfermeira ganha US\$ 4,00 por mês na Venezuela, e por isso determinamos um bônus de saúde diretamente para essa linha de defesa.

Conclusões

Para encerrar a reunião, **Elizabeth Cabezas**, membro da Assembleia Nacional e Presidenta do ParlAmericas, agradeceu a participação dos(as) presidentes e vice-presidentes dos parlamentos participantes, destacando a importância da união entre os países para fortalecer as ações adotadas frente à atual situação complexa, levando em consideração as mudanças necessárias, bem como a oportunidade de colocar em prática novos mecanismos e leis diferentes que promovam o emprego e sistemas mais ecológicos, dando atenção e considerando de maneira especial os grupos mais vulneráveis.

Considerações-chave para o trabalho parlamentar na recuperação econômica na região

Promover maior e melhor acesso às informações de maneira oportuna e confiável, permitindo que a cidadania participe das decisões que os afetam.

Continuar promovendo ações de controle político para garantir transparência na execução das medidas governamentais, a qual, por sua vez, contribuirá para informar a sociedade civil sobre tais medidas e fortalecerá a confiança cidadã nas respostas públicas.

Estabelecer canais institucionais de diálogo e participação da sociedade civil, necessários para orientar o processo após superada a crise.

Construir acordos políticos que repensem o atual modelo econômico, além de convocar um grande pacto social em favor de um regime de bem-estar mais inclusivo.

Realizar reformas nos sistemas de seguridade social e políticas de economia voltada à assistência às pessoas, visando melhorar a proteção social e promover os sistemas de saúde e educação para alcançar uma cobertura universal e de qualidade em bens e serviços públicos.

Discutir e fazer alterações tributárias para criar sistemas mais progressivos com maior arrecadação de impostos sobre a renda.

Parlamentos representados



Argentina



Costa Rica



Guatemala



Panamá



Canadá



Cuba



Honduras



Paraguai



Chile



Equador



México



Peru



Colômbia



El Salvador



Nicarágua



Venezuela

Canadá

Esta reunião foi possível graças ao apoio generoso do Governo do Canadá por meio de seu Ministério de Assuntos Globais.

Podcasts do ParlAmericas

Encontre o ParlAmericas no [iTunes](#) e no [Google Play](#) para ouvir as sessões das nossas reuniões.



PARLAMERICAS



ParlAmericas é a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas é composto pelas **35 LEGISLATURAS NACIONAIS** da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe



ParlAmericas facilita o intercâmbio das **MELHORES PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



ParlAmericas transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando a favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas respalda as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas está sediada em **OTTAWA, CANADÁ**

Secretaria Internacional do ParlAmericas

703-155 Queen Street, Ottawa, Ontario, K1P 6L1 Canada

Telephone: +1 (613) 947-8999

www.parlAmericas.org | info@parlAmericas.org

